



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DE CACOAL

00001

<b>INTERESSADO</b> PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL		<b>ORIGEM</b> INTERNA
<b>Nº. Protocolo</b> 00022804	<b>DATA</b> 27/02/2024	<b>ANO</b> 2024

<b>SETOR ORIGEM</b> FISCALIZAÇÃO FAZENDARIA
--

<b>ASSUNTO</b> ANÁLISE DE PROJETOS DIVERSOS
--

<b>OBJETO</b> PROJETO DE LEI PARA ALTERAÇÃO DE NOMENCLATURA DA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
---

<b>RESPONSÁVEL PELO PROTOCOLO</b> MILTON MARTIM ZIMMERMANN
---

**“Lei Complementar ... - .. de ..... de 2024**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACOAL, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Cacoal aprovou e eu sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Dispõe sobre alteração da Lei 3.475/PMC/15, que modifica a seguinte nomenclatura: onde lia-se carreira de Fiscalização Tributária, passa a ser denominada; carreira de Auditoria e Fiscalização Tributária. Onde lia-se Fiscal tributário Municipal, passa a ser denominado; Auditor Fiscal Tributário Municipal

**Art 2º** – Os demais artigos, incisos e parágrafos da referida lei, permanecem inalterados.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cacoal/RO, 27 de fevereiro de 2024.

ADAILTO ANTUNES FERREIRA  
Prefeito

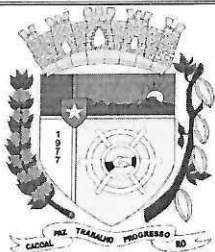
DEBORAH MAY DUMPIERRE  
Procuradora Geral do Município  
OAB/RO nº 4372

#### NÍVEIS DE ESCOLARIDADE PARA CARREIRA DE AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO:

Para exercer a função de Auditor Fiscal Tributário a maioria dos países exige um diploma de bacharelado em áreas relacionadas, como Contabilidade, Economia, Administração ou Direito. É importante escolher uma instituição de ensino reconhecida e credenciada, que ofereça um programa relevante para a área fiscal.

#### PISO SALARIAL DA CATEGORIA:

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que é o órgão regulador da profissão, não **existe** uma tabela oficial de **piso salarial** para auditores.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CACOAL**

CNPJ:04092714/0001-28  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA  
TELEFONE: (69) 3907-4142/ 3907-4143  
E-MAIL: semfaz@cacoal.ro.gov.br  
E-MAIL: semfaz.cacoal@gmail.com



MEM. Nº.19 /SEMFAZ/2024 CACOAL 28 DE FEVEREIRO DE 2024.

De: SEMFAZ

Para: PGM

Deborah May Dumpierre

Procuradora Geral

Ilustríssima Procuradora

Solicitamos a V. Sra. Apreciação do projeto de lei que visa alterar a Lei 3.475/PMC/15, modifica apenas a nomenclatura da carreira de Fiscalização Tributária para; carreira de Auditoria e fiscalização Tributária. Em atendimento à solicitação daquele departamento.

A essencialidade das atribuições, bem como os demais direitos e deveres da referida Lei, não será modificada.

Sendo o que nos apresenta para o momento.

Atenciosamente

  
Carolina Lenzi Armondes  
Secretária Municipal de Fazenda



Ao Senhor  
VALDOMIRO CORA  
Presidente da Câmara Municipal de Cacoal-RO.

Senhor Presidente, Encaminhamos para apreciação e aprovação dessa Casa Legislativa, o Projeto de Lei que “Altera dispositivos da Lei no 3.475/15, que Dispõe sobre a reorganização das carreiras funcionais dos servidores públicos da Secretaria de Fazendo; Fiscalização Tributária da Prefeitura do Município de Cacoal, na forma que especifica”.

A Lei nº 2.735/PMC/2010 é aquela que reorganiza os cargos públicos da Prefeitura do Município de Cacoal e estabelece suas carreiras funcionais, ou seja, trata-se do Plano de Cargos e Carreiras dos servidores vinculados a Administração Direta do Município. No presente Projeto de Lei estamos propondo alterações na Lei nº 3.475/PMC/15, abaixo discriminadas:

**1) Alteração da nomenclatura do cargo de Fiscal de Tributos:**

O presente Projeto busca uniformizar o tratamento dado à carreira do Fiscal de Tributos, que passa a ser denominado Auditor Fiscal Tributário, assim como ocorreu em outros Municípios do mesmo porte e importância social e política de Cacoal, bem como aos entes do fisco dos Estados e da União.

A alteração da nomenclatura do cargo não implica em transposição, porquanto o cargo público – Fiscal de Tributos – permanece aquele mesmo instituído na organização do serviço público municipal, com as mesmas atribuições originárias e responsabilidades específicas. Não havendo acréscimos de remuneração.

A presente proposta busca uniformizar o tratamento dado as carreiras de nível superior à carreira de Fiscal de Tributos (Auditor Fiscal Tributário), assim como ocorreu em outros municípios. Pelo exposto, tendo em vista a relevância da matéria que afeta a vida funcional dos servidores municipais, submetemos o presente Projeto de Lei para apreciação pelos Nobres Vereadores dessa Casa de Leis.

Cacoal , em 28 de fevereiro de 2024.

ADAILTO ANTUNES FERREIRA  
Prefeito Municipal





**PROCESSO: 22804/PMC/2024**

**ASSUNTO: PROJETO DE LEI PARA ALTERAÇÃO DE NOMENCLATURA DA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA.**

### **DESPACHO**

Trata-se, de processo administrativo instaurado por força de proposição da Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ, veiculada por meio de Memorando nº 019/SEMFAZ/2024, requerendo a alteração de nomenclatura da carreira da fiscalização Tributária para carreira de Auditoria e fiscalização tributária.

Compulsando os autos, foi possível constatar a ausência do Parecer jurídico, sendo imprescindível para a alteração legislativa.

Ante o exposto, remetam-se os autos à Procuradoria Geral, para parecer jurídico.

Cacoal/RO, 27 de março de 2024.

[Assinado Digitalmente]

**MAYKON DOUGLAS MOREIRA PIACENTINI**

Coordenador de Redação e Técnica Legislativa - OAB/RO 9.463

Portaria nº 496/PMC/2023



**PROCESSO Nº. 22.804/2024**

**ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA – SEMFAZ**

**ASSUNTO: PROJETO DE LEI PARA ALTERAÇÃO DE NOMENCLATURA DOS SERVIDORES DA CARREIRA DA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA PARA AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA.**

### **PARECER JURÍDICO**

A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CACOAL, Órgão da Administração Pública com atribuição de velar pela correta aplicação das leis e demais normas administrativas, por sua Procuradora-Geral signatária, com fulcro no artigo 9º, da Lei n. 2.413/PMC/2008, em exame ao teor do processo em epígrafe, emite o seguinte parecer:

#### **I – DO CONTEXTO FACTUAL:**

Aportaram os autos na Procuradoria Geral do Município encaminhado pela Secretária Municipal de Fazenda - SEMFAZ, para fins de análise quanto a elaboração de Projeto de Lei no sentido de alterar a Lei Municipal n. 3.475/PMC/2015, para alterar **apenas a nomenclatura** do cargo dos atuais servidores da Fiscalização Tributária para Auditoria e Fiscalização Tributária, mantendo-se inalteradas as atribuições, competências, remuneração, forma de investimento e demais características e peculiaridades envolvendo o referido cargo.

É o necessário relatório dos autos.

#### **II – DA FUNDAMENTAÇÃO**

Preliminarmente, registre-se que esta manifestação tomará por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos, visto que incumbe a este órgão prestar assessoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na análise da conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração.

Importa frisar, pois, que não compete a esta Procuradoria-Geral apreciar as questões de interesse e oportunidade do ato que se pretende praticar, visto que são





PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

da esfera discricionária do Administrador, tampouco dos atos, especificações e fundamentações de ordem técnica.

Pois bem.

Feitas as ressalvas suso, passamos à análise jurídica.

### III – DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA

Dispõe o artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, que compete ao Município legislar sobre assunto de interesse local.

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

O artigo 8, I, da Lei Orgânica Municipal repete a Carta Magna e fixa competência do Município para Legislar em matéria de interesse local.

Art. 8º Compete ao Município:

I - Legislar sobre assuntos de interesse local;

O artigo 25, §1º, II, a, da Lei Orgânica Municipal, institui a competência privativa do alcaide em dar início ao processo Legislativo, no caso em tela.

Art. 25. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão, ao Prefeito e aos Cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

§ 1º São de iniciativa privativa do prefeito às leis que;

I - Fixem ou modifiquem o efetivo da Guarda Municipal;

II - Disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos da administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

Portanto, é clara a competência do senhor Prefeito nesta proposição, sendo que sua redação não contém vício ou burla a legalidade.

### IV – DA FUNDAMENTAÇÃO

Há que se destacar que o pedido em tela pretende a simples alteração da nomenclatura, sem qualquer mudança nas atribuições do cargo efetivo em seus requisitos de acesso, desse modo, não há que se perquirir acerca de sua extinção e criação de novo cargo e realização de concurso público para provimento.

Tanto é assim que da leitura acurada do requerimento, pode-se claramente inferir que contempla apenas a alteração de nomenclatura, não encartando modificação substancial das atribuições do cargo, o que exigiria a realização de concurso público para seu provimento, a teor da Súmula Vinculante 43: **“É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor**







PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

**investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido”.**

Há impedimento constitucional ao servidor investir em outro cargo que não integre a carreira na qual anteriormente investido, sem prévia aprovação em concurso público, não se tratando da matéria em apreciação, que visa apenas a mudança de nomenclatura.

É facultado à Administração Pública, no exercício de sua discricionariedade, instituir novo regime, bem como alterar a organização das respectivas carreiras, além de suprimir gratificação

Sobre o tema, os tribunais estaduais têm decido:

EMENTA RECURSO DE APELAÇÃO – FAZENDA PÚBLICA – SERVIDOR PÚBLICO – NOVA LEI DE REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA – INSURGÊNCIA QUANTO AO ATO NORMATIVO – PLEITO DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE E INDENIZAÇÃO MATERIAL – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA – AUSÊNCIA DE REDUÇÃO DE VENCIMENTOS – AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO À ESTABILIDADE – REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA E ALTERAÇÃO DE NOMENCLATURA – POSSIBILIDADE – INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO AO REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO – DIREITOS ASSEGURADOS – AUSÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE – AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – AUSÊNCIA DE ATO ILÍCITO – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Diante da entrada em vigor de nova lei que estrutura a carreira do servidor público e **não havendo redução salarial ou violação a direito adquirido, não há se falar em violação a direitos do servidor ou necessidade de direito a ser amparados judicialmente. É matéria pacífica na jurisprudência que o mero reenquadramento do cargo ocupado pelo servidor na nova estrutura administrativa e a alteração de sua nomenclatura não acarretam, por si sós, quaisquer prejuízos, especialmente quando preservados os vencimentos e assegurada a estabilidade.**

(TJ-MT 10001431720188110015 MT, Relator: MARIO ROBERTO KONO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 12/07/2022, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 28/07/2022)

MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINARES DE ILEGIMIDADE PASSIVA, INÉPCIA DA INICIAL, NECESSIDADE DE 'DENUNCIAÇÃO DA LIDE' REJEITADAS, SERVIDOR. MÉDICO. CUMULAÇÃO. CF/88, ARTIGO 37, XVI, C'. MEDIDA PROVISÓRIA 1915/99. AUDITOR-FISCAL DO TRABALHO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTE.

1. A cumulação de dois cargos públicos de médico está prevista na Constituição Federal, artigo 37, inciso XVI, alínea 'c'.
2. A condição sine qua non para que alguém seja nomeado para o cargo de Auditor Fisco do Trabalho, especialização em medicina do trabalho, é que seja profissional habilitado em medicina, com inscrição do Conselho Regional de Medicina. É importante ressaltar que o direito não trabalha com simples palavras,





PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

mas com a substância dos fatos. A simples alteração do título, do rótulo, da nomenclatura do cargo não é suficiente para alterar a sua substância. Cuidando-se de cargos privativos de médico, não importam os nomes atribuídos a esses cargos, o profissional terá direito à acumulação na forma da Constituição Federal. (TRF1, Primeira Turma, AC 2000.34.00.039763-0/DF, Rel. Acor. Desembargador Federal ANTÔNIO SÁVIO DE OLIVEIRA CHAVES, DJ p.18 de 06/02/2006).

3. Apelação e remessa oficial desprovidas. (TRF1, 3ª Turma Suplementar, AMS 0009086-15.2000.4.01.3400 / DF, Rel. JFC GUILHERME MENDONÇA DOEHLER, DJ 03/04/2012, grifos aditados).

Em situação análoga o STF decidiu:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. UNIFICAÇÃO DOS CARGOS DE CONSULTOR JURÍDICO E PROCURADOR, DO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC. SUPOSTA OFENSA AO ENUNCIADO DA SÚMULA VINCULANTE 43. INOCORRÊNCIA. REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA. AGRAVO INTERNO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. O acórdão reclamado assentou a constitucionalidade do art. 13 da Lei Complementar 500/2014, do Município de Florianópolis, cotejada em face do art. 37, II, do texto constitucional, por entender que a unificação dos cargos de Consultor Jurídico e Procurador, prevista no mencionado dispositivo legal, observou três condições que revelam uma perfeita identidade substancial entre os cargos: (a) idêntica remuneração; (b) atribuições semelhantes; (c) requisitos similares para o ingresso. 2. **A norma legal questionada dispõe tão somente sobre a reorganização administrativa no quadro de pessoal da Procuradoria-Geral do Município de Florianópolis, o que não se confunde com a ascensão funcional, cujo pressuposto é o provimento de cargo integrante de carreira diversa sem o prévio concurso público.** 2. Recurso de agravo a que se nega provimento.

(STF - AgR Rcl: 33278 SC - SANTA CATARINA 0017456-10.2019.1.00.0000, Relator: Min. ALEXANDRE DE MORAES, Data de Julgamento: 25/06/2019, Primeira Turma, Data de Publicação: DJe-245 11-11-2019)

Os tribunais tem decidido pela possibilidade de alteração da nomenclatura do cargo, desde que não acarretam, quaisquer prejuízos, especialmente que seja preservado os vencimentos e assegurada a estabilidade.

Para, além disso, a matéria em análise, não encontra vedação na Lei Eleitoral e na Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que a alteração da nomenclatura do cargo, não implicará em aumento de despesas com os servidores contemplados.

## V - CONCLUSÃO

Por tudo que precede, opino pela possibilidade de alteração da lei municipal para alterar apenas a nomenclatura do cargo dos servidores integrantes da Fiscalização Tributária para Auditoria e Fiscalização Tributária, uma vez que não configurará ofensa ao princípio do concurso público, que permanecerá inalterada a atribuições, remuneração e demais característica e peculiaridades do cargo.





PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

É o parecer, salvo melhor juízo, cabendo a autoridade competente entender de forma diversa, dado o caráter meramente opinativo do presente.

Dê-se vista ao Ilm<sup>a</sup> Sra. Secretária Municipal de Fazenda para apreciação, e, querendo, ratificação da presente *opinio juris*.

Cacoal/RO, 04 de abril de 2.024.

**DEBORAH MAY DUMPIERRE**

Procuradora-Geral do Município

Decreto nº. 8.600

OAB/RO 4.372

Marcia Passaglia

OAB/RO 1.695

Assessora

